A última fronteira

Prof. Raul E. Palacio, LAMAV/CCT

Fica cada vez mais difícil encontrar argumentos novos para defender a nossa querida UENF. Não pela capacidade incessante que temos de enumerar a enorme contribuição da universidade e seus trabalhadores, nem pela justeza da luta, mas sim pelo descaso que os governos estaduais de turno dão à universidade no interior. Embora para alguns seja uma luta salarial, lutamos principalmente para evitar o desmonte da EDUCAÇÃO GRATUITA PÚBLICA E DE QUALIDADE, fato que parece inevitável, caso não seja pago o valor certo pelo regime de trabalho de DEDICAÇÃO EXCLUSSIVA a qual estamos todos submetidos, com muito prazer, nesta instituição.

Explicar a importância da dedicação exclusiva dos professores para com a instituição no desenvolvimento da universidade é tão obvio que entendo desnecessário explicar isso para meus queridos colegas da ordem UENFIANA. Entretanto, de forma paradoxal, o desinteresse do governo Cabral no pagamento aos serviços prestados pelos professores está contribuindo fortemente para o estancamento da instituição e muito provavelmente, caso o mesmo não seja corrigido, no desmonte e provável aniquilação da UENF. Perceber o pior salário do Brasil e manter o elevado padrão de qualidade, que nos faz a melhor universidade do Rio, não poderá ser mantido por muito tempo.

Se pouco tempo atrás o nosso principal problema era a baixa capacidade para captar novos professores pela distância como fator principal, no momento em que membros do nosso claustro de professores são convidados, pelos currículos que apresentam, para formar bancas para professores com DOUTORADO em regime DE, com mais de três candidatos por vaga, em cidades tão distantes do Rio como Macaé, Rio das Ostras, duque de Caxias e até mesmo instituições de Campos, se acaba com o mito da distância e do regime de trabalho como causa da falta de atratividade, fazendo com que, até aqueles que criamos alguma estrutura em Campos, estejamos valorizando a possibilidade de mudar de instituição.

O PIOR SALÁRIO DO BRASIL, pois não se paga a DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, é a principal causa para a baixa atratividade dos concursos da UENF. O PIOR SALÁRIO DO BRASIL, pois não se paga a DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, será o motivo para a segunda e definitiva diáspora dos professores da UENF. Dessa forma SÓ TEMOS UM PEDIDO; o último, por favor, que desligue a luz.

Claro que tudo isso pode ser evitado, e para isso temos que sair dos nossos laboratórios, salas de aulas, sala de professores e FORÇAR ao governo a paga o que de DIREITO devemos receber. Vamos comunicar a todos, mais uma vez, a realidade da UENF. Vamos à Câmara de Campos, vamos às ruas dos municípios que usufruem da educação que damos aos seus filhos, vamos falar com nossos estudantes já formados. Vamos à ALERJ denunciar o descaso desse governo para com a nossa situação. Paramos a greve para negociar, enviamos nosso projeto de lei para a SEPLAG, o que está faltando? Vamos fazer este esforço final e com seguridade estaremos recebendo o que merecemos.

Caros, somos a última fronteira de resistência para manutenção do ensino público e de qualidade, vamos somar colegas à nossa fronteira, vamos somar pessoas comuns, vereadores deputados, secretários, enfim todos, para garantir, dessa forma , uma UENF saudável com longa vida futura. Se realmente o secretário Sergio Ruy tem o projeto de lei pronto, que o mande para a ALERJ, caso contrario que o faça e mande para ALERJ e uma vez lá, vamos falar com deputados da situação, oposição e neutros para garantir que a lei aprovada satisfaça as nossas necessidades. VAMOS À LUTA COMPANHEIROS!

Da conjuntura brasileira ao limiar internacional

Prof. José Glauco Tostes, LCQI/CCT

Vamos partir da análise do texto 54 do Anexo do Caderno do 32º Congresso do ANDES (março de 2013): uma excelente avaliação classista, do ponto de vista do trabalho, da conjuntura nacional, dentro da qual explodiram – ainda que de forma não classista – as chamadas "manifestações de junho".

1. "Qual é a real situação da luta de classes no Brasil atualmente?", perguntam-se as autoras daquele texto. "Permanece a situação de descenso da luta de massas [herdada do avanço neoliberal do capitalismo nos anos 1990], mas com a presença de um conjunto de fatos e contradições [gerados pelos governos Lula e Dilma] [...]. Nesse sentido, podemos afirmar que a situação de calmaria na luta política em nosso país está chegando ao fim [...] Estamos numa conjuntura de transição para um novo período de lutas sociais".

2. Prossegue o texto: "Os governos Lula e Dilma consolidaram uma agenda neodesenvolvimentista conservadora [...] Ao mesmo tempo [tal agenda] proporciona um conjunto de contradições importantes sobre as quais as forças populares devem incidir para potencializar a organização popular. Dentre [tais contradições] destacamos a recomposição da classe trabalhadora urbana no Brasil [...]. Não foram por acaso os ganhos salariais que a classe trabalhadora obteve no último período. O processo de geração de empregos reduziu o tamanho do exército industrial de reserva no Brasil o que favoreceu a disposição dos trabalhadores para as lutas. O resultado foi uma pressão salarial favorável ao mundo do trabalho [...]. Destaca-se também um processo de consolidação de políticas sociais do governo que tiveram um impacto considerável na vida de milhões de brasileiros".

3. Daí: "A existência dessas contradições enquanto a economia nacional estava numa rota de crescimento não proporcionava grandes conflitos para os partidos de esquerda e seus aliados que compõem a base do governo Dilma. No entanto, as projeções para o próximo período apontam que a economia brasileira vai desacelerar [o que de fato vem acontecendo] [...] Vale lembrar que o aprofundamento da crise [associada àquela desaceleração] também possibilitará o surgimento de uma alternativa pela direita".

4. Pois bem, é dentro dessa conjuntura geradora de contradições objetivas apropriáveis pela classe trabalhadora que explodem, no Brasil, as manifestações populares "espontâneas" de junho. Um argumento simples para interpretar tais eventos reza que as pessoas se rebelam não quando as coisas estão realmente ruins, mas quando suas expectativas são frustradas: no Brasil atual, com avanços como aqueles apontados pelo texto do ANDES acima, a maioria de baixa renda vive um pouco melhor do que antes, mas os padrões pelos quais medem agora sua (in)satisfação são muito mais altos, padrões esses que não se expressaram em junho segundo organização de classe. Não temos no momento, no Brasil, organizações classistas de massa expressivas em nível urbano. Este foi o grande fracasso do PT e da CUT!

5. No entanto, concordamos com o texto do ANDES quanto à emergência de certas contradições objetivas – apropriáveis na direção dessa (re)organização de classe no Brasil – às quais se junta agora uma nova contradição em curso trazida à tona pelas manifestações (não classistas) de junho: um potencial esgotamento do lulismo. Este padrão político de governo, desde 2003, está fechando seu primeiro ciclo (ascensão, ainda que modesta, de renda de grandes massas na base da pirâmide social) de seu projeto nacional-desenvolvimentista, mas dada a aliança de forças para a "governabilidade" que construiu, o lulismo não conseguirá (provisória ou definitivamente) avançar para um segundo ciclo muito mais complexo e custoso: uma efetiva melhoria nos grandes serviços públicos de massas, somente possível em termos de recursos oriundos de uma reforma tributária que taxasse de múltiplas formas o grande capital, o que configuraria um novo patamar nacional (e, daí, se espraiando nas adjacências sul-americanas) da contradição sistêmica central e planetária capital-trabalho.

6. Dentro dessa contradição maior, o processo de mobilização e reorganização de classe (por exemplo, no Brasil/América do Sul) se alimenta ao longo: a) de grandes mudanças de Bacias Oceânicas do capitalismo, como a derradeira mudança em curso do Atlântico para o Pacífico, rasgando um novo desenho geopolítico de conflitos entre Estados/potências imperialistas; b) de crises econômicas maiores internacionais/nacionais; c) da crise socioambiental planetária; d) de melhorias nacionais/continentais ainda que pequenas e intermitentes nos padrões econômicos de classe trabalhadora; e) picos de "Primaveras" não-classistas nacionais/regionais etc. Mas todos estes processos podem ser apropriados – ainda que temporariamente – pelo capital e suas instâncias políticas subordinadas, ainda mais organizados que o fator trabalho.

7. Resta: a) uma certeza sistêmica: o sistema-mundo capitalista não é eterno e b) uma conjectura: este sistema está chegando aos limites inexoráveis que ele próprio engendrou nessa sua trajetória de 500 anos: o parágrafo 6 dá um sucinto panorama de tais limites.

Jornal da ADUENF

Campos dos Goytacazes | ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE | ANO 12 - OUTUBRO - 2013

UENF NA RUA: NÃO É SÓ PELOS SALÁRIOS

Editorial
Contra o sucateamento da UENF, lutar é a solução!
PÁG. 2

Artigo
Nem com Triênios
PÁG. 2

Artigo
Duendes e Orçamentos
PÁG. 3

Artigo
A última fronteira
PÁG. 4

Jornal da ADUENF

Editorial

Contra o sucateamento da UENF, lutar é a solução!

O momento por que a UENF passa neste momento é profundamente grave. Afinal, vivemos um processo de profunda precarização dos salários pagos a professores e servidores que ameaça desmantelar um modelo exitoso de universidade pública. Além disso, a proposta orçamentária enviada pelo governo de Sérgio Cabral para atender as necessidades da UENF em 2014 é claramente insuficiente para cumprir que possamos cumprir nossas tarefas básicas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Essa precarização não está ocorrendo apenas a UENF, mas em todo o sistema universitário fluminense. A última audiência pública realizada pela Comissão de Educação da ALERJ mostra que UENF, UERJ e UEZO estão passando por situações difíceis, e que só tendem a se agravar caso as limitações orçamentárias propostas pelo governo Cabral sejam acatadas pelos deputados estaduais.

Diante desse quadro é que a ADUENF entende que há que se combinar a luta por melhores salários com a exigência de um orçamento que possibilite o aumento das bolsas acadêmicas e a garantia de que tenhamos uma política de assistência estudantil que possibilite aos alunos da UENF ter acesso a alimentação e moradia dignas.

A questão agora é que o iremos fazer para vencer a intransigência e a falta de diálogo que têm sido a marca do governo Cabral no trato com as universidades estaduais. A última assembleia da ADUENF decidiu que o caminho mais desejável é a da amplia unidade entre todos os segmentos que compõe a UENF, pois lutando isolados não teremos nossas demandas atendidas. Além disso, também ficou claro que precisamos ampliar o nosso diálogo com a população da região Norte Fluminense que é a principal beneficiária da existência de uma universidade estadual que vem gerando justiça social através do oferecimento de formação universitária de qualidade.

Assim é que para vencer o desrespeito e a intransigência só nos resta o caminho da mobilização e da luta política. Afinal, os riscos da inércia são muito grandes para serem ignorados; agir de forma coletiva e unificada é a única solução viável. À luta!

Expediente

RESPONSÁVEL PELA EDIÇÃO
Diretoria da Aduenf

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Roberto Barbosa - BRT 14.541

DIAGRAMAÇÃO
Eliabe de souza

CHARGE

Nem com Triênios

Nas Universidades Federais o salário inicial pago para um Professor Doutor em regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva é de R$ 8.600,00, enquanto na UENF é R$ 6.700,00. O resultado é que não estamos mais conseguindo preencher as vagas abertas para professor. Lá em 1999 a situação era inversa, o salário na UENF (R$4.100,00) era quase o dobro das federais (R$2.500,00). Bons salários e regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, essa foi a receita que permitiu a UENF chegar, em apenas 20 anos de existência, ao seleto grupo das melhores universidades do Brasil, a melhor do Estado do Rio de Janeiro, segundo o MEC.

Quando fazemos esta comparação do nosso salário com as universidades federais, há quem tente minimiar dizendo "ah, mas vocês tem triênios, nas federais não tem triênios". Pois bem, aos números: Os triênios somados podem chegar até a 60% do salário base, isso depois de 33 anos de serviço público, ou seja, às vésperas da aposentadoria. Se chegar ao topo da carreira na UENF, a pessoa receberá um salário base de R$ 8.560,00 com mais 60% de triênios chegamos a R$ 13.696,00. Mas não é que nas federais, a mesma pessoa, após cerca de 20 anos, estaria com um salário de R$ 13.700,00? E olha que já tem dois reajustes prometidos para o pessoal das Federais, um em janeiro de 2014 e outro em janeiro de 2015. Desse jeito, não será surpresa se, em breve, a qualidade comece a despencar por aqui.

Artigo

Governo Cabral: entre a degradação e a perversidade

Paula Mousinho Martins, professora do LCL/CCH, 1ª Vice-presidente da Aduenf

Recentemente o governador Sergio Cabral vangloriou-se de "ter implantado na polícia bonificação por meritocracia, e de pagar a melhor hora-aula para professores estaduais do Brasil" ; afinal, gabava-se ele, "sob sua batuta a economia do Rio crescera o dobro da nacional" (Revista Piauí, n.85, p. 35).

Ora, como alguém que se tornou o governador mais hostilizado e pior avaliado do país – havendo despencado de 45% para os atuais 12% de aprovação a partir de junho de 2013, sendo que hoje 50% da população o tomam como péssimo –, pode-se permitir tamanha jactância? Sabemos que em matéria de rejeição, Cabral só perde para o recordista Collor, que chegou a 9% de aprovação quando sofreu o impeachment. Diante dessa realidade, a autopropaganda citada acima se revela em choque com a realidade. No quesito insatisfação popular, Cabral rompeu paradigmas: nenhum outro governante na história desse país conviveu durante mais de 100 dias com manifestantes acampados ao lado de sua casa; nenhum outro se viu impedido de sair às ruas ou foi tão vaiado em público. Como se sabe, a espiral da indignação contra Cabral culminou numa manifestação na Avenida Paulista – outra façanha inédita!! – mostrando que a repulsa contra sua figura transcendeu as fronteiras estaduais. Se é verdade que o posto maior do Palácio Guanabara tem sido ocupado ultimamente por personagens de reputação duvidosa, nenhum deles foi tão xingado e rejeitado quanto Cabral. É indubitável que ele fez por merecer toda essa revolta: ao longo de 7 anos de governo, economizou muito no financiamento de uma educação pública de qualidade, por exemplo, mas nada economizou para apoiar seus amigos Fernando Cavendish, da Delta Construtora, e Eike Batista, do Grupo EBX, que acabaram se tornando apostas em "cavalo paraguaio". Mas Cabral ainda se sobressai como nenhum outro governante num aspecto, para nós, especial: conseguiu manter as piores relações de todos os tempos com os servidores públicos. Seu governo prima, no melhor estilo neoliberal, por absolutamente desconsiderar, desvalorizar ou desprezar as demandas de seus funcionários, mesmo que o Rio de Janeiro seja um dos estados brasileiros que menos gastam com folha de pagamento; mesmo que o estado tenha crescido economicamente o dobro do que cresceu o próprio Brasil, como ele mesmo adora declarar. O tratamento que seu governo oferece ao funcionalismo fluminense, em todas as suas categorias, é insensível e desrespeitoso – bombeiros e professores que o digam. Acima de tudo, Cabral virou o retrato acabado de uma política degradante em relação à educação pública.

Com relação a nós, docentes da UENF, sua equipe tem exibido um comportamento entre o perverso e o desonesto: eles mentem e falseiam; tergiversam e desviam; recuam e postergam; iludem e desrespeitam. Para o governo Cabral não quer dizer simplesmente nada o fato de sermos a primeira universidade do estado e o pior salário do Brasil. Não é isso que lhes importa.

Artigo

Duendes e Orçamentos

Luis Passoni, professor do LCQUI/CCT e presidente da ADUENF

Gosto de cinema prefiro os filmes de ficção científica, mas também me caem bem outros gêneros, como o faroeste e filmes de terror. Nunca pensei que seria possível juntar os três em um filme só, mas eis que a realidade supera a ficção, em muito, e o pior é que não acaba em duas horas.

Vejamos o caso da LOA 2014, a Lei do Orçamento para o Estado do Rio de Janeiro em 2014. Pura obra de ficção, que promete provocar um tiroteio por verbas adicionais e que certamente será um terror para todas as Universidades Estaduais.

No caso da UENF, poderia até ser uma comédia, no melhor estilo pastelão. Eventualmente tem alguém se contorcendo de rir nesse momento, mas a prolongada ressaca que se seguirá não permite fazer troça.

Para ter uma ideia, constam do orçamento 14 itens para os quais estão alocados R$ 200.000,00 cada um. Entre eles: Implantação da Biblioteca Central; Ampliação do campus de Macaé; Criação de novos campi; Espaço da Ciência; Fazenda Experimental; Bolsa de incentivo aos professor (sic), entre outros. Nenhuma dessas ações podem ser feitas com duzentos mil reais. Mas, eventualmente, os valores podem ser rearranjados para um único item, aí daria. Mas fica claro que não há nenhum planejamento, a Universidade não sabe para onde quer ir, ou pior, o Governo do Estado não sabe para onde quer mandar a Universidade e a UENF, disposta a ir par qualquer lugar, elenca várias possibilidades para ver qual que 'cola'.

Eu não poderia encerrar sem falar sobre o item "despesa de pessoal": Segundo fontes altamente confiáveis, eu diria até a mais confiável, até dezembro deste ano (2013) serão gastos cerca de R$ 110 milhões, em números redondos, com pagamento de pessoal. Pois não é que o orçamento de 2014, enviado pelo Governo à ALERJ prevê pouco mais de R$ 103 milhões para despesas de pessoal em 2014? Fiquei em dúvida, seria piada? Terrorismo de estado ou apenas ficção orçamentária? Por via das dúvidas, já disparamos solicitações de emendas para ampliar este montante.